

ESCOLA DE GUERRA NAVAL

CC (FN) ALESSANDRO DIAS DOS SANTOS MUNIZ

A IMPORTÂNCIA DA PROJEÇÃO ANFÍBIA E SEU EMPREGO NAS OPERAÇÕES DE
EVACUAÇÃO DE NÃO COMBATENTES NO SÉCULO XXI

Rio de Janeiro

2016

CC (FN) ALESSANDRO DIAS DOS SANTOS MUNIZ

A IMPORTÂNCIA DA PROJEÇÃO ANFÍBIA E SEU EMPREGO NAS OPERAÇÕES DE
EVACUAÇÃO DE NÃO COMBATENTES NO SÉCULO XXI

Dissertação apresentada à Escola de Guerra Naval, como requisito parcial para a conclusão do Curso de Estado-Maior para Oficiais Superiores.

Orientador: CMG (RM1-FN) ANTONIO
CARLOS RODRIGUES MARTINS

Rio de Janeiro
Escola de Guerra Naval

2016

AGRADECIMENTO

A Deus, por me permitir com saúde e apoio espiritual, condições para o desenvolvimento deste trabalho.

A minha esposa e aos meus filhos, minhas fontes de inspiração e renovo diário, pelo apoio e compreensão nos períodos de ausência no lar para a confecção deste trabalho.

Aos meus pais, pelo apoio e dedicação à minha formação humana e profissional.

Ao CMG (FN-RM1) Antonio Carlos Rodrigues Martins, pelos ensinamentos e orientações que me foram de grande utilidade na concretização deste trabalho.

RESUMO

As Operações Anfíbias, no decorrer da história, foram se moldando de acordo com as problemáticas enfrentadas em cada período específico, dentro do cenário mundial, provocando assim, sua evolução para o enfrentamento dos novos desafios encontrados. O século XXI está se caracterizando por crises de menor envergadura, trazendo desafios cada vez maiores para os Estados, principalmente os menos estruturados. Problemas como a fome, desastres naturais e criminalidade, acrescentados por uma grande concentração de pessoas em regiões litorâneas, estão produzindo instabilidades locais, que adicionadas com a presença cada vez maior de cidadãos estrangeiros habitando fora de seu país de origem, provocam consequências e necessidades de ações por parte dos países que possuem nacionais no exterior. Nesse contexto, surge a Projeção Anfíbia, que quando utilizada como uma ferramenta para a realização de uma operação de evacuação de não combatentes, propicia a manutenção da integridade física de nossos nacionais brasileiros em qualquer parte do globo terrestre. Assim, o objetivo deste trabalho é analisar os conceitos das operações anfíbias e sua evolução no decorrer da história, com destaque para a projeção anfíbia, sendo utilizada como ferramenta para uma evacuação de não combatentes, observando também, o caso da evacuação de não combatentes realizada pelos Estados Unidos da América, em 2006, no Líbano, a fim de verificar a importância da projeção anfíbia como nova modalidade de Operação Anfíbia para a Marinha do Brasil, no século XXI. No decorrer desta pesquisa, verificou-se que esta nova modalidade de operação anfíbia é, hoje, a principal ferramenta para a utilização de uma operação de evacuação de não combatentes. Ao utilizar o conjugado anfíbio, ele propicia, junto com as características do Poder Naval, a estrutura necessária para projetar poder além-mar e evacuar nossos cidadãos no exterior. O estudo do caso da evacuação de não combatentes realizada pelos Estados Unidos da América, no Líbano, em 2006, nos levou a concluir a importância deste tema para os Estados, e principalmente para o Brasil, com a grande quantidade de brasileiros que se encontram no estrangeiro.

Palavras-chave: Operações Anfíbias. Projeção Anfíbia. Conjugado Anfíbio. Evacuação de Não Combatentes.

SUMÁRIO

| | | |
|--------------|-----------------------------------------------------------------------------------------|-----------|
| 1 | INTRODUÇÃO..... | 5 |
| 2 | BREVE HISTÓRICO DA EVOLUÇÃO DAS OPERAÇÕES ANFÍBIAS..... | 7 |
| 2.1 | Origem das Operações Anfíbias até a 1ª Guerra Mundial (1914-1918)..... | 7 |
| 2.2 | As Operações Anfíbias após a 1ª Guerra Mundial até a 2ª Guerra Mundial (1939-1945)..... | 9 |
| 2.3 | As Operações Anfíbias após a 2ª Guerra Mundial..... | 11 |
| 3 | PROJEÇÃO ANFÍBIA | 16 |
| 3.1 | Projeção Anfíbia – Nova Modalidade de Operações Anfíbias..... | 16 |
| 3.2 | O Emprego da Projeção Anfíbia..... | 23 |
| 3.2.1 | A Projeção Anfíbia como ferramenta nas Operações de Ajuda Humanitárias..... | 23 |
| 3.2.2 | A Projeção Anfíbia como ferramenta nas Operações de Paz..... | 24 |
| 3.2.3 | A Projeção Anfíbia como ferramenta nas Operações de Evacuação de Não Combatentes..... | 24 |
| 4 | A EVACUAÇÃO DE NÃO COMBATENTES E A PROJEÇÃO ANFÍBIA.. | 26 |
| 4.1 | A Evacuação de Não Combatentes..... | 26 |
| 4.2 | Projeção Anfíbia e sua aplicação em uma Evacuação de Não Combatentes..... | 29 |
| 5 | A EVACUAÇÃO DE NÃO COMBATENTES REALIZADA NO LÍBANO EM 2006..... | 33 |
| 5.1 | História do Líbano..... | 33 |
| 5.2 | O Conflito em 2006..... | 36 |
| 5.3 | A Evacuação de Não Combatentes estadunidenses do Líbano em 2006..... | 37 |
| 6 | CONCLUSÃO..... | 42 |
| | REFERÊNCIAS..... | 47 |

1 INTRODUÇÃO

Desde os primórdios da história, constantes embates vêm provocando uma crescente evolução da arte da guerra no decorrer de suas trajetórias. No âmbito das Operações Anfíbias (OpAnf), a necessidade dos países de projetarem poder além-mar provocou grandes revoluções em seu emprego. As transformações que ocorrem no mundo, durante os tempos, vêm gerando consequências cada vez mais impactantes para os Estados. A fome, o desemprego, proliferação de doenças, desastres naturais e a criminalidade, concorrem para o aumento de crises no mundo, trazendo assim, uma grande instabilidade no cenário mundial.

Com o incremento de pessoas vivendo em outros países, principalmente em locais com uma estrutura deficitária nos aspectos políticos, sociais e econômicos, somadas a uma concentração cada vez maior de pessoas habitando na faixa litorânea, muitas vezes, após a implantação de uma crise em um determinado país, surge a necessidade de uma possível retirada de cidadãos estrangeiros dessa área de conflito. Assim em certas situações, com o agravamento da situação local, somente uma força militar será capaz de realizar tal ato.

Dessa forma, o objetivo deste trabalho é analisar os conceitos das operações anfíbias e sua evolução no decorrer da história, com destaque para a projeção anfíbia sendo utilizada como ferramenta para uma evacuação de não combatentes, realizando também, uma observação do caso da evacuação de não combatentes realizada pelos Estados Unidos da América, em 2006, no Líbano, a fim de verificar a importância da projeção anfíbia como nova modalidade de Operação Anfíbia para a Marinha do Brasil, no século XXI.

Para atingir este objetivo, no decorrer deste trabalho, procuraremos responder aos seguintes questionamentos:

Qual é a importância da Projeção Anfíbia como nova modalidade de Operação Anfíbia para a Marinha do Brasil, no século XXI?

No caso da Evacuação de Não Combatentes realizada, no Líbano, em 2006, pelos Estados Unidos da América, esta operação se enquadra como uma Projeção Anfíbia?

Para responder aos questionamentos, este trabalho foi dividido em seis capítulos. O primeiro capítulo abordará uma introdução do desenvolvimento da pesquisa. No capítulo dois, será explanada um breve histórico da evolução das Operações Anfíbias. No capítulo três, serão analisados a projeção anfíbia como nova modalidade de operações anfíbias e o seu emprego. Concluindo a parte conceitual, no capítulo quatro, será apresentada a evacuação de não combatentes e sua aplicação, utilizando-se a projeção anfíbia como ferramenta.

Posteriormente, o capítulo cinco analisará a evacuação de não combatentes realizada pelos Estados Unidos da América, no Líbano, em 2006, para, através dela, extrairmos conclusões parciais.

Finalmente, no capítulo seis, será feita a conclusão e considerações finais do trabalho.

2 BREVE HISTÓRICO DA EVOLUÇÃO DAS OPERAÇÕES ANFÍBIAS

Para entendermos o presente e pensarmos melhor o futuro, devemos olhar para o passado a verificar o que ocorreu com um determinado assunto através da história. As operações anfíbias como são empregadas hoje, teve sua gênese em determinado ponto da história. Como ocorreu o seu nascimento, a sua evolução, e com o objetivo de verificar a importância deste tipo de ferramenta, neste capítulo estudaremos a evolução das operações anfíbias através da história desde suas origens e como foi seu desenvolvimento ao longo dos séculos até os dias atuais.

2.1 Origem das Operações Anfíbias até a 1ª Guerra Mundial (1914-1918)

A origem das operações anfíbias remontam há cerca de 3000 anos. Quem primeiro utilizou um desembarque para atacar uma porção terrestre foram os gregos. Na época, desembarcaram nas proximidades de Tróia, na Ásia menor, próximo da Turquia, para atacar e conquistar a cidade em uma guerra que durou dez anos (GLOBAL SECURITY, 2016a).

Os persas, setecentos anos depois, lançaram um ataque vindo do mar contra os gregos. Provavelmente, o primeiro assalto anfíbio¹, foi realizado durante as guerras persas. Em 490 a.C., na batalha de Maratona, foi estabelecida, pelos persas, uma cabeça-de-praia² para invadir a Grécia. Foram utilizados para esse assalto anfíbio, navios com dispositivos para desembarcar os cavalos, sendo este tipo de navios os precursores dos modernos navios de desembarque. Após um desembarque bem-sucedido, os persas foram derrotados em terra no trajeto em direção a Atenas (GLOBAL SECURITY, 2016a).

1 Ataque lançado do mar para, mediante um desembarque, estabelecer firmemente uma força de desembarque em terra. Tal desembarque é executado por meios de superfície e/ou aéreos e apoiados por meios navais e/ou aéreos (BRASIL, 2008).

2 Área terrestre selecionada do litoral inimigo que contém os objetivos da Força-Tarefa Anfíbia e da Força de Desembarque e que, quando conquistada e mantida, assegura o desembarque contínuo de tropa e material, proporcionando espaço de manobra para operações em terra (BRASIL, 2015).

As operações anfíbias foram se seguindo na história, como a invasão romana na Inglaterra, em 55 a.C. Alguns ataques foram bem-sucedidos, como o realizado na Inglaterra em 1066, porém outros foram desastrosos como a destruição da armada espanhola ao transportar soldados, em 1588, para a Inglaterra (GLOBAL SECURITY, 2016a).

Embora as técnicas de desembarque tornaram-se bem desenvolvidas durante as guerras da antiguidade, como foi o desembarque em Maratona, em 490 a.C., somente em 1066 que as embarcações e meios navais foram utilizados muito mais do que uma invasão ou uma pilhagem. Um bom exemplo da evolução das operações anfíbias, foi a invasão Normanda da Inglaterra, no século XI, com a confecção de um plano e uma preparação suficiente para permitir o desembarque, em um território inimigo contra a resistência saxônica. Nessa operação, foram empregados 60.000 homens do exército e aproximadamente 700 navios. Essa grande operação foi um sucesso que mudou o curso da história, só superado com o desembarque realizado na Normandia, em 1944, durante a 2ª Guerra Mundial (GRÃ-BETANHA, 1995).

Os Estados Unidos da América tiveram sua primeira experiência em um desembarque durante a revolução contra a Inglaterra, em 1776. E na guerra de secessão³ houve vários desembarques com navios guarnecidos com marinheiros e fuzileiros navais, a fim de tomar os fortes da costa inimiga. Nesse período, a invenção de armas navais possibilitou uma maior eficiência dos ataques dos navios contra as forças em terra. Porém, armas pesadas posicionadas em terra trouxeram uma grande ameaça para a aproximação dos navios para a realização de um desembarque em um território inimigo (GLOBAL SECURITY, 2016a). Podemos assim verificar que a medida que as técnicas para o desembarque foram evoluindo, a defesa das costas e praias de desembarque procuraram melhorar a sua oposição a um ataque vindo do

³ Guerra ocorrida no período de 1861 e 1865 nos Estados Unidos da América, entre os estados do norte e os do sul, na qual os estados do sul desejavam a secessão e formação dos Estados Confederados da América (MAGNOLI, 2006).

mar, provocando uma constante evolução dos meios e técnicas para a realização de uma operação anfíbia.

Durante a Primeira Guerra Mundial (1914-1918), ocorreu a primeira operação combinada moderna. Esta operação anfíbia foi realizada em Galipoli, na entrada sul do estreito de Dardanelos, estreito que divide Turquia para conectar os mares Negro e Mediterrâneo. A conquista deste trecho, onde a Europa e a Ásia se encontram, foi considerado um ponto estratégico e de extrema importância a sua conquista pelos Britânicos. Com o apoio de meios navais e aeronavais da Grã-Bretanha e França, foi realizado um assalto anfíbio pelas tropas da Austrália e Nova Zelândia, porém, com uma forte defensiva, os turcos fizeram essa operação anfíbia se transformar em um grande fracasso para os aliados (GLOBAL SECURITY, 2016a).

A campanha de Galipoli foi um plano audacioso com todas as características de uma operação anfíbia moderna (GRÃ-BETANHA, 1995). Porém, o fracasso da operação por parte dos aliados, provocou vários questionamentos sobre o futuro deste tipo de operação. Nessa operação, ocorreram vários problemas de falhas de execução, planejamento e limitações de pessoal e meios na época (RODRIGUES, 2011). Esses fatores fizeram com que a doutrina fosse exaustivamente estudada, provocando mudanças no preparo e meios anfíbios que se verificariam fundamentais para o prosseguimento da utilização das operações anfíbias no transcorrer da história.

2.2 As Operações Anfíbias após a 1ª Guerra Mundial até a 2ª Guerra Mundial (1939-1945)

No período entre a Primeira e a Segunda Guerra Mundial, a Marinha e o Corpo de Fuzileiros Navais dos Estados Unidos da América desenvolveram a doutrina e reorganizaram seus meios de pessoal e material para as operações anfíbias. Foi realizada uma organização

das tropas com novas táticas e meios como veículos anfíbios, navios de desembarque, e técnicas de desembarque foram testadas nesse período. Foi enfatizada a utilização de armamentos nos navios e aeronaves, a fim de proporcionar apoio de fogo para as tropas de assalto. Também foram desenvolvidas técnicas de carregamento nos navios, com o intuito de melhorar e explorar com a máxima eficiência, os navios de desembarque, com o propósito de aumentar a capacidade da realização de um assalto anfíbio (GLOBAL SECURITY, 2016a).

O Corpo de Fuzileiros Navais dos Estados Unidos da América iniciou seus estudos sobre as operações anfíbias em 1910, com a criação de uma escola de base avançada, em New London, Connecticut, e, em 1920, criou uma outra escola em Quantico, Virgínia. Em 1934, o Corpo de Fuzileiros Navais estadunidense publicou seu manual de operações anfíbias, tornando-se uma importante fonte para a doutrina de guerra anfíbia (GLOBAL SECURITY, 2016a).

Toda essa preparação fez com que, em 1933, fosse constituída a “Fleet Marine Force”, que é uma Força de Fuzileiros Navais capacitada para realizar uma operação anfíbia. Esta força foi extremamente importante quando da entrada dos Estados Unidos da América na Segunda Guerra Mundial, quando das operações realizadas na guerra do Pacífico, contra as tropas japonesas (GLOBAL SECURITY, 2016a).

No início da Segunda Guerra Mundial, algumas operações anfíbias não obtiveram êxito, como a frustrada retomada da Noruega, que se encontrava no poder dos alemães, e o reconhecimento em força⁴ em Dieppe, em 1942. Porém, resultados positivos começaram a surgir por ocasião dos assaltos anfíbios exitosos em Guadalcanal, Madagascar e na África do Norte. Assim, em 1944, com uma grande evolução dos meios de desembarque e preparação das tropas, os assaltos anfíbios tornaram-se uma grande ferramenta para o sucesso dos países aliados no transcorrer da guerra (RODRIGUES, 2011).

4 Tipo de operação ofensiva com objetivo limitado, executada por uma força ponderável, com a finalidade de revelar e testar o dispositivo e o valor do inimigo ou obter outras informações (BRASIL, 2015).

No dia 06 de junho de 1944, chamado dia-D, foi realizada a maior de todas as operações anfíbias já realizada na história, fato confirmado de acordo com a posição abaixo:

O esforço por trás desse movimento singular – que o primeiro-ministro britânico Churchill chamou corretamente de “a mais difícil e complicada operação jamais levada a efeito” - começou há três anos e envolvia os esforços de literalmente milhões de pessoas. Os números de produção dos Estados Unidos, em embarcações de desembarque, belonaves, aeroplanos de todos os tipos, armamentos, remédios e tantas outras coisas, eram fantásticos. Os números do Reino Unido e Canadá eram mais ou menos semelhantes (AMBROSE, 2003, p.26).

Tropas estadunidenses, britânicas e canadenses, desembarcaram na Normandia, França, em cinco diferentes praias, com codinomes de Sword, Juno, Gold, Omaha e Utah. Foram utilizados 1.213 navios, 4.126 embarcações anfíbias, 735 embarcações auxiliares e 864 navios mercantes. Em poucas horas, foram desembarcados 132.815 homens para essa grande operação (GRÃ-BETANHA, 1995).

Durante a 2ª Guerra Mundial, foram realizadas aproximadamente 600 operações anfíbias, desde pequenas incursões até grandes assaltos. E nesse contexto, as operações anfíbias tiveram uma grande importância, pois para cada avanço no teatro de operações, precedia-se uma operação anfíbia. Por esse motivo, este período foi chamado de “A época de ouro das OpAnf” (RODRIGUES, 2011).

2.3 As Operações Anfíbias após a 2ª Guerra Mundial

As operações anfíbias, que chegaram a ser questionadas após o fracasso de Galípoli na Primeira Guerra Mundial, receberam um novo fôlego com o sucesso na Segunda Guerra Mundial. Liddell Hart, após a Segunda Guerra Mundial, reconheceu a importância das operações anfíbias para o êxito desta guerra, salientando que a maior arma estratégica de um poder Naval é a sua flexibilidade anfíbia, pois possibilita a concentração do inimigo em uma determinada posição no continente, e a execução de um assalto anfíbio em outra posição mais favorável a força invasora (RODRIGUES, 2011).

Decorrente das experiências adquiridas na Segunda Guerra Mundial, vários relatos foram produzidos, promovendo um aperfeiçoamento da doutrina de operações anfíbias (GLOBAL SECURITY, 2016a).

Uma importante operação anfíbia, realizada logo após a Segunda Guerra Mundial, foi em 1950, durante a Guerra da Coreia (1950-1953), quando tropas comunistas invadiram parte da Coreia do Sul, levando as tropas da Coreia do sul e as estadunidenses para um pequeno perímetro em Pusan (GLOBAL SECURITY, 2016a). Diante desse fato, foi realizado um assalto anfíbio na costa oeste da Coreia, em Inchon. Esta operação foi fundamental para o resultado final do conflito. Ela foi realizada em condições bastante difíceis, e em um local de desembarque que obrigou os soldados a utilizarem escadas para a execução do assalto, devido a costa ser cercada de muralhas de pedras. Um fato fundamental foi o desembarque em um local inesperado, que possibilitou uma reviravolta no conflito em favor das tropas estadunidenses (RODRIGUES, 2011). Para essa operação, os Estados Unidos da América, utilizaram a Marinha, Exército e Força Aérea com um total de 70.000 militares, liderados pelo general MacArthur, lançando um assalto anfíbio atrás das linhas inimigas, atacando a cidade portuária de Inchon, costa oeste da Coreia do Sul (GLOBAL SECURITY, 2016a).

Durante a Operação Tempestade no Deserto, no Iraque na década de 1990, apenas a presença de uma Força-Tarefa Anfíbia⁵, na costa do Kuwait, possibilitou um trunfo estratégico para as Forças da Coalizão, fazendo com que Saddam Hussein utilizasse forças terrestres iraquianas empregadas para a defesa da costa, deixando enfraquecido seu flanco oeste e demonstrando a importância das operações anfíbias no cenário de guerra pós Segunda Guerra (RODRIGUES, 2011). Podemos comprovar, assim, o grande poder de dissuasão⁶ das operações anfíbias que foi aplicado neste conflito.

5 Força organizada por tarefas, composta por uma Força Naval, compreendendo unidades navais e aeronavais e por uma Força de Desembarque, criada para realizar uma Operação Anfíbia (BRASIL, 2015).

6 Atitude estratégica que, por intermédio de meios de qualquer natureza, inclusive militares, tem por finalidade desaconselhar ou desviar adversários, reais ou potenciais, de possíveis ou presumíveis propósitos bélicos. O mesmo que DETERRÊNCIA (BRASIL, 2015).

Em 2003 na Guerra do Iraque, foi realizada uma operação anfíbia, de vulto menor, pelos fuzileiros navais britânicos, a fim de conquistar o porto de Umm Qasr, no Iraque, para permitir o fluxo logístico vindo do mar (RODRIGUES, 2011). Nesta operação, houve uma combinação de uma operação anfíbia com operações aeromóveis. A 3ª Brigada Comando dos Royal Marines, para essa campanha utilizou três peças de manobra, o 40 Comando, o 42 Comando e a 15ª MEU⁷. A operação anfíbia foi realizada pelo 40 Comando, que estavam embarcados nos navios Ocean e Ark Royal, desembarcando por He. E o 42 Comando e a 15ª MEU realizaram movimentos helitransportados, a partir do território do Kuwait. O apoio de fogo naval também foi utilizado nesta operação. A operação foi um sucesso e contribuiu para o prosseguimento das ações nesta campanha (BRAGA, 2003).

Com o transcorrer da história, a doutrina e os meios para a execução das operações anfíbias vão se adaptando e se aperfeiçoando, demonstrando que várias marinhas do mundo as utilizam representando uma importante ferramenta no século XXI (RODRIGUES, 2011).

No período da Guerra Fria (1947-1991), ocorreu um aumento das capacidades militares promovendo um ambiente de ameaça latente, que fez as forças navais confirmarem a importância das operações anfíbias, e principalmente do assalto anfíbio. Porém, ao final deste período, houve uma diminuição da corrida armamentista e da ameaça de um conflito de escala mundial. Agora inicia-se um período de ocorrência de crises de pequena envergadura, e essas crises, que cada vez aumentam sua frequência, vêm representando uma nova ameaça à estabilidade e à segurança dos estados (FERREIRA, 2014).

Sendo assim, neste século, o ambiente internacional vem sofrendo com a ocorrência de vários conflitos de disputas internas, um grande aumento da criminalidade e atividades terroristas, e também o aumento dos desastres naturais. Nesse contexto, torna-se latente a pos-

7 (Marine Expeditionary Unit – MEU) Unidades Anfíbias do Corpo de Fuzileiros Navais Estadunidense (GAVIÃO, 2010).

sibilidade de utilização de pessoal e meios anfíbios para atuarem em algumas destas situações (LAGE, 2011).

Nesse contexto de aperfeiçoamento e aplicação as novas realidades deste século, surge a Projeção Anfíbia, uma nova modalidade de operação anfíbia, que veio a atender as necessidades da nova ordem mundial instalada (FERREIRA, 2014).

De acordo com a Doutrina Básica da Marinha (DBM), em sua revisão realizada em 2014, além das quatro modalidades de operações anfíbias existentes que são: assalto anfíbio, incursão anfíbia, demonstração anfíbia e retirada anfíbia, foi incluída a projeção anfíbia (BRASIL, 2014).

Dentre as possibilidades de emprego de uma projeção anfíbia, podemos destacar três situações em que poderá ser utilizada: para responder a situações de desastres naturais, conflitos regionais ou internos, ou a ameaça à integridade física de cidadãos estrangeiros ou nacionais (LAGE, 2011). Como exemplo de um emprego, podemos citar a evacuação de não combatentes⁸ realizada no Líbano, em 2006. Ocasão em que foi necessário a utilização de um grande contingente de pessoal e meios anfíbios para resgatar milhares de civis que se encontravam em situação de ameaça à sua integridade física (GLOBAL SECURITY, 2016b).

Dessa forma, podemos observar que os desembarques de tropas em um território inimigo ocorrem desde tempos muito remotos. Em sua origem, foram executados com técnicas rudimentares e improvisadas, que foram se aperfeiçoando e somados com meios cada vez mais apropriados e avançados tecnologicamente, evoluindo e tornando-se uma ferramenta muito importante para as principais Marinhas do mundo. Também podemos observar que para a conquista de territórios além-mar, deve-se ter meios e pessoal em condições de utilizar técnicas específicas, comprovando a complexidade das operações anfíbias.

⁸ Operação conduzida com o propósito de evacuar não-combatentes de países onde exista uma ameaça à sua segurança ou onde exista uma situação de calamidade (BRASIL, 2008b).

Atualmente, o mundo enfrenta novos desafios e com a necessidade de aperfeiçoamento e o atendimento das demandas atuais neste novo cenário mundial, surge dentro da doutrina de operações anfíbias, a projeção anfíbia, conceito que ampliaremos no próximo capítulo deste trabalho.

3 PROJEÇÃO ANFÍBIA

As grandes transformações em que o mundo no século XXI tem passado, provocaram alterações no atual cenário internacional e trouxeram significativas alterações da forma de emprego das principais forças armadas do planeta. Dentro do contexto militar, como resultante desse fato, surge a projeção anfíbia. A fim de dirimir controvérsias e ampliar esse conceito, este capítulo tem por objetivo esclarecer como ocorreu seu desenvolvimento dentro do contexto militar e porque ela foi inserida como o mais novo tipo de operação anfíbia.

3.1 Projeção Anfíbia – Nova Modalidade de Operações Anfíbias

Atualmente, a população mundial habita dentro de uma faixa litorânea de 160 quilômetros. Esta concentração populacional, somada a um crescimento da população mundial, provoca a busca por fontes de recursos e uma maior necessidade de fontes de energia. Esses fatores conectados com os problemas sociais, culturais, tecnológicos e geopolíticos, estão provocando grandes crises e instabilidades no atual cenário mundial. Uma outra problemática são as mudanças climáticas que veem ocorrendo frequentemente, causando catástrofes e desastres naturais, podendo ampliar ainda mais o sofrimento humano. Estes problemas ambientais causam enchentes e tragédias vitimando milhares de vidas humanas, provocando crises e desenvolvendo instabilidade local. E essas tensões vem aumentando a intolerância às condições adversas das populações. As atividades criminosas também se aproveitam dessa situação e exploram essa instabilidade social, degradando ainda mais a conjuntura local (GAVIÃO, 2010).

É nesse contexto, que hoje temos uma associação entre as diversas formas de conflito, que anteriormente eram mais facilmente designadas, como por exemplo, a guerra con-

vencional, guerra irregular, terrorismo e a criminalidade, sendo nos dias atuais aglutinadas como “novas ameaças”. E para se contrapor a essa problemática, as forças armadas devem adicionar em sua doutrina, novas capacidades para lidar contra essas novas ameaças (GAVIÃO, 2010).

O conceito doutrinário da definição de operação anfíbia foi se alterando ao longo dos tempos visando esta mudança de perfil operacional. No quadro abaixo, observaremos essa mudança entre as forças armadas de outros países e a do Brasil:

QUADRO 1
Definição de Operações Anfíbias

| ANO | OUTROS PAÍSES | BRASIL |
|------|---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| 1951 | Uma expedição no exterior envolvendo um desembarque contra a oposição inimiga (ESTADOS UNIDOS). | - |
| 1979 | - | A OpAnf refere-se normalmente ao ataque lançado do mar, por Força Naval e Força de Desembarque, sobre litoral inimigo defendido. |
| 1989 | OpAnf é um ataque lançado a partir do mar por Forças Navais e Anfíbias, embarcadas em navios ou embarcações envolvendo o desembarque em litoral hostil (ESTADOS UNIDOS). | - |
| 1992 | OpAnf é um ataque lançado a partir do mar por Forças Navais e Anfíbias, embarcadas em navios ou embarcações envolvendo o desembarque em litoral hostil ou potencialmente hostil (ESTADOS UNIDOS). | - |
| 1997 | - | A OpAnf refere-se, normalmente, a um ataque lançado do mar por uma Força-Tarefa Anfíbia, sobre litoral hostil ou potencialmente hostil. |
| 2001 | OpAnf é uma operação militar lançada a partir do mar por uma Força Anfíbia, embarcada em navios ou embarcações com o principal propósito de introduzir uma Força de Desembarque em terra para | - |

| | | |
|------|------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| | cumprir uma missão determinada (ESTADOS UNIDOS). | |
| 2004 | - | A OpAnf é uma operação militar lançada do mar, normalmente por uma Força-Tarefa Anfíbia (ForTarAnf), sobre litoral hostil ou potencialmente hostil. |
| | OpAnf é uma operação militar lançada a partir do mar por uma Força Anfíbia, embarcada em navios ou embarcações com o principal propósito de introduzir uma Força de Desembarque em terra para cumprir uma missão determinada (ESTADOS UNIDOS). | |
| 2009 | - | |
| | OpAnf é uma operação militar lançada a partir do mar por uma Força Naval e Força de Desembarque embarcadas em navios, embarcações de desembarque ou aeronaves de asa rotativa, com o principal propósito de projetar taticamente a ForDbq em terra, em um ambiente que pode variar de permissivo a hostil (AUSTRÁLIA). | |
| | Uma operação militar lançada a partir do mar por uma Força Naval e Força de Desembarque embarcadas em navios ou embarcações, com o principal propósito de projetar taticamente a ForDbq em terra, em um ambiente que pode variar de permissivo a hostil (ORGANIZAÇÃO DO TRATADO DO ATLÂNTICO NORTE). | |
| 2010 | - | |
| | OpAnf é uma operação militar lançada a partir do mar por uma Força Anfíbia para conduzir Operações de Força de Desembarque em litorais (ESTADOS UNIDOS). | A OpAnf é uma operação naval lançada do mar, por uma Força-Tarefa Anfíbia (ForTarAnf), sobre região litorânea hostil ou potencialmente hostil, com o efeito desejado de introduzir uma Força de Desembarque (ForDbq) em terra para cumprir missões designadas ⁹ . |
| 2014 | | |

Fonte: FERREIRA, 2014, p. 10

⁹ Definição que consta da Doutrina Básica da Marinha(2014), porém o Ministério da Defesa, no glossário das Forças Armadas - MD35-G-01, incluiu o seu emprego em região litorânea de ambiente permissivo.

No QUADRO 1 podemos observar que em 1951 era considerado o desembarque somente em territórios hostis, o que atendia às necessidades operacionais da época. Apenas em 1992, nos Estados Unidos e em 1997 no Brasil, é que passou a ser considerado a possibilidade de desembarque em ambientes potencialmente hostis, flexibilizando assim o conceito de uma operação anfíbia. A partir de 2001, houve uma flexibilização ainda maior por parte dos Estados Unidos da América, Austrália e Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN), passando a considerar o desembarque em qualquer tipo de litoral, ou seja, hostil, potencialmente hostil ou permissivo. Já no caso do Brasil, depois de 1997, quando foi introduzida a possibilidade de além do desembarque em um litoral hostil, desembarcarmos em um litoral potencialmente hostil, não houve uma flexibilização além dessa, dentro da definição do conceito de operações anfíbias na Doutrina Básica da Marinha. Porém no glossário das Forças Armadas do Ministério da Defesa de 2015, já houve esta atualização, definindo então como “Operação de Guerra Naval lançada do mar, por uma Força Tarefa Anfíbia, sobre litoral hostil ou, potencialmente hostil ou permissivo, com o propósito de introduzir uma Força de Desembarque em terra para cumprir missões designadas” (BRASIL, 2015, p. 189).

Com relação aos tipos de operações anfíbias, também houve uma evolução, incluindo um quinto tipo (FERREIRA, 2014), conforme exposto abaixo:

QUADRO 2
Tipos de Operações Anfíbias

| ANO | ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA | BRASIL |
|------|-------------------------------------------------------------------------------------------------------|------------------------------------------------------|
| 1979 | - | Tipos de OpAnf: desembarque, incursão e retirada. |
| 1989 | As OpAnf tradicionais são: assalto, demonstração, incursão e retirada. As OpAnf não tradicionais são: | - |
| 1992 | conflitos de baixa intensidade, resposta militar antecipada, [...], operações relacionadas. | |
| 1997 | - | Esta operação comporta quatro modalidades: o assalto |

| | | |
|------|----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| | | anfíbio; a incursão anfíbia; a demonstração anfíbia; e a retirada anfíbia |
| 2001 | Tipos de OpAnf: assalto, retirada, demonstração, incursão e outras operações anfíbias em ambientes permissivos, incerto ou hostis. | - |
| 2004 | - | Esta operação comporta quatro modalidades: o assalto anfíbio; a incursão anfíbia; a demonstração anfíbia; e a retirada anfíbia. |
| 2009 | As OpAnf ocorrem em todo o espectro das Operações Militares e são categorizadas em 5 tipos: assalto, retirada, demonstração, incursão e apoio anfíbio a outras operações. | - |
| 2009 | São os seguintes os tipos de OpAnf, em ordem de probabilidade de ocorrência: Engajamento Anfíbio e Resposta a Crises; incursão; assalto; retirada; e demonstração. | - |
| 2014 | Os cinco tipos de Operação Anfíbia são: Incursão Anfíbia; Demonstração Anfíbia; Assalto Anfíbio; Retirada Anfíbia; e Apoio de Força Anfíbia para resposta a crises e outras operações. | Esta operação comporta geralmente as modalidades: assalto anfíbio, incursão anfíbia, demonstração anfíbia, retirada anfíbia e projeção anfíbia. |

Fonte: FERREIRA, 2014, p. 11

No QUADRO 2 podemos verificar que o conceito doutrinário nos Estados Unidos da América, previa desde a 2ª Guerra Mundial quatro tipos de operações anfíbias. Quando em 1989, foi dividido em operações anfíbias tradicionais, as quatro já existentes, e as operações anfíbias não tradicionais, que se caracterizavam: conflitos de baixa intensidade, respostas militares antecipadas e outras operações relacionadas. Podemos observar assim, que já nessa época, havia uma preocupação pela flexibilização dos tipos de operações anfíbias a fim de atender às necessidades emergentes. E essa flexibilização foi ampliada 2001, quando apareceu um quinto tipo, classificado como “outras operações anfíbias em ambientes permissivos, incerto ou hostis”. Assim essa mudança, se coaduna com o próprio conceito doutrinário da definição de operação anfíbia flexibilizado neste período. Continuando o desenvolvimento doutri-

nário estadunidense, em 2009, alterou-se este quinto tipo para “apoio anfíbio a outras operações”. E ainda neste mesmo ano, ocorreu uma nova alteração mais abrangente deste quinto tipo denominado “engajamento anfíbio e resposta a crises”. E nessa modificação, colocou-se uma ordem de probabilidade de ocorrência, ficando essa nova denominação em primeiro lugar, mostrando assim a importância desse conceito no atual cenário mundial. E no ano de 2014, a última e mais recente mudança para “apoio de força anfíbia para resposta a crises e outras operações”. No Brasil, inicialmente em 1979, havia três tipos, que eram: desembarque, incursão e retirada. Havendo uma alteração, em 1997, para os quatro tipos tradicionais: assalto anfíbio, incursão anfíbia, demonstração anfíbia e a retirada anfíbia. Conceito este que permaneceu até 2014, quando então, acompanhando os Estados Unidos, o Brasil reformulou sua doutrina anfíbia incluindo um quinto nome denominada de “projeção anfíbia”.

De acordo com a doutrina básica da Marinha (2014), as operações anfíbias são realizadas sobre região litorânea hostil ou potencialmente hostil, conceito ainda não modificado. Porém neste mesmo documento, foi incluído a projeção anfíbia como o quinto tipo de operação anfíbia. Assim, verificasse a necessidade de alteração, com a inclusão do ambiente permissivo no conceito de operação anfíbia para convergir com o conceito da projeção anfíbia. Podemos verificar com o texto abaixo, que hoje, mesmo sem essa atualização do ambiente permissivo na definição de operação anfíbia, a Marinha do Brasil já está apta, doutrinariamente para realizar operações anfíbias em ambientes permissivos de acordo com o texto exposto abaixo:

Os diversificados espaços de batalha marítimos do futuro demandarão o emprego integrado dos três componentes do Poder Naval: o componente naval, o aeronaval e o anfíbio. Nesse contexto, as operações anfíbias extrapolam seus quatro tradicionais tipos: o assalto, a incursão, a demonstração e a retirada. Já nos dias atuais, e muito mais nos tempos vindouros, as operações anfíbias ampliam suas possibilidades passando a considerar um quinto tipo, a Projeção Anfíbia, que abrange desde desembarques visando prover ajuda humanitária para evacuar não combatentes, proteger populações ou até para combater as chamadas “novas ameaças”. A projeção de tropa anfíbia em terra é o que caracteriza a operação anfíbia moderna, não importando o grau de hostilidade do ambiente nem o tipo de missão a ser cumprida.

A capacidade anfíbia, no entanto, necessita ser desenvolvida concomitante com seus vetores estratégicos: os navios anfíbios (MONTEIRO, 2010, p.22).

Complementando o texto acima, de acordo com a Doutrina Básica da Marinha (2014), no conceito das operações anfíbias, devemos considerar que a projeção de tropa anfíbia em terra é o que caracteriza a operação anfíbia moderna, não sendo considerado em qual ambiente será empregado, nem a missão que será executada.

Um outro ponto de divergência dentro da doutrina da Marinha do Brasil e que colabora para a necessidade de atualização do conceito de operação anfíbia em sua Doutrina Básica, diz respeito ao que está exposto no glossário das forças armadas – MD35-G-01, do Ministério da Defesa, que já consta o ambiente permissivo no conceito de operação anfíbia (BRASIL, 2015).

A projeção anfíbia, para introduzir em área de interesse, a partir do mar, os meios para cumprir tarefas diversas em apoio a operações de guerra naval¹⁰ ou relacionadas, dentre outras contingências, com a prevenção de conflitos e a distensão de crises, utiliza o conjugado anfíbio¹¹. Ela também é apropriada para a condução de atividades de emprego limitado da força¹² e atividades benignas¹³, como por exemplo: operação humanitária, resposta a desastres ambientais e operação de evacuação de não combatentes (BRASIL, 2014).

Podemos verificar com o exposto acima, que essa flexibilização do conceito das operações anfíbias com a inclusão da projeção anfíbia, promoveu importante atualização da

10 A guerra naval é conduzida por campanhas, que compreendem, normalmente, um conjunto inter-relacionado de operações, executadas de acordo com um planejamento, que leva em consideração: a importância do mar; a situação estratégica; as possibilidades do inimigo; as características da área de operações; a disponibilidade de meios; e os objetivos políticos e estratégicos visados (BRASIL, 2014, pg. 3-1).

11 Conjunto de meios navais, aeronavais e de fuzileiros navais prontos para cumprir missões relacionadas à projeção do poder sobre terra (BRASIL, 2015, pg. 71).

12 Atividade em que o Poder Naval é empregado para fazer cumprir lei nacional ou ato internacional, admitida a aplicação da força, como último recurso e na intensidade mínima necessária, para coibir a prática de ilícito ou a intenção de afrontar, identificadas por razoáveis evidências. Normalmente, o nível e tipo de força são autorizados pelos documentos que determinam a atividade (BRASIL, 2014).

13 Atividade, desenvolvida no País ou no exterior, em que o Poder Naval atua com o propósito de contribuir com a ordem social, não sendo admitido o emprego da força e nem carece de, para isso, estar preparado (BRASIL, 2014).

doutrina, possibilitando o atendimento das principais demandas operacionais sinalizadas pelas principais Marinhas do mundo. Outro fato importante é a possibilidade de utilização de navios de propósitos múltiplos que otimizam o emprego do conjugado anfíbio, capacitando a Marinha do Brasil a realizar diversas tarefas no mar e a partir do mar (FERREIRA, 2014), pois sua utilização potencializa a mobilidade e a flexibilidade de emprego dos meios navais, sendo capazes de atuar em grandes áreas, por um período temporal longo, transportando todos os meios do conjugado anfíbio para determinada missão e desembarcando-os de diversas formas (GIOSEFFI, 2014). A fim de solidificar o conceito da projeção anfíbia, na próxima seção abordaremos o seu emprego, ampliando mais o que foi exposto neste subcapítulo.

3.2 O Emprego da Projeção Anfíbia

Na seção anterior verificamos que a projeção anfíbia utiliza as características do conjugado anfíbio para, a partir do mar, projetar poder sobre terra. O seu emprego pode ser na utilização em operações de guerra naval ou na condução de atividades de emprego limitado da força e benignas. Dentro desse contexto, nesta seção abordaremos três possibilidades de emprego da projeção anfíbia, que atualmente se relacionam com a estratégica nacional de defesa brasileira. Assim, será apresentado o seu emprego nas Operações de Ajuda Humanitárias, de Paz e Evacuação de Não Combatentes.

3.2.1 A Projeção Anfíbia como ferramenta nas Operações de Ajuda Humanitárias

Uma forma de emprego da projeção anfíbia são nas Operações de Ajuda Humanitária. Observamos que, atualmente, um dos grandes desafios do mundo são as ocorrências de

desastres naturais. Acidentes radiológicos, terremotos e outros tipos de calamidades provocam o incremento de emprego de forças militares nessas conjunturas (LAGE, 2011). Com isso, a projeção anfíbia, por meio da utilização do conjugado anfíbio, apresenta-se como uma importante ferramenta para as Operações de Ajuda Humanitárias.

A utilização deste tipo de operação alivia e reduz os grandes efeitos das calamidades naturais ou acidentes provocados pelo homem. A crescente demanda atual vem possibilitando ao Brasil a participação neste tipo de operação (LAGE, 2011), demonstrando assim, a importância e a grande necessidade da prontificação da Marinha do Brasil para empregar esta ferramenta.

3.2.2 A Projeção Anfíbia como ferramenta nas Operações de Paz

Neste século XXI, os conflitos regionais e os internos vem crescendo em número de ocorrência, ocasionando a necessidade de novas operações de paz no globo terrestre. Nesses conflitos, podem ser empregados meios pacíficos para a solução das questões conflitantes, ou uso da força para a resolução das contendas, que podem se tornar uma ameaça à paz e a segurança mundial, conforme previsto nos capítulos VI e VII da Carta das Nações Unidas (LAGE, 2011). Nesse enquadramento, o Brasil avulta em importância com o emprego da projeção anfíbia como instrumento para as operações de paz, na qual utilizamos os meios navais, aeronavais e de fuzileiros navais para cumprir operações de paz em países que estejam passando por problemas políticos/social e que solicitem o apoio da Organização das Nações Unidas.

3.2.3 A Projeção Anfíbia como ferramenta nas Operações de Evacuação de Não Combatentes

A ocorrência de conflitos internos, ocasionada por instabilidades políticas de alguns países, vem expondo a integridade física de civis estrangeiros que residem nesses países. Com o intuito de proteger e salvaguardar a vida e o bem-estar dessas pessoas, em muitos casos há a necessidade de abandonar o país em conflito (LAGE, 2011). Ao utilizar o conjugado anfíbio, poderemos utilizar a projeção anfíbia como instrumento de operação de evacuação de não combatentes.

O Brasil possui muitos cidadãos no exterior, e com a participação brasileira aumentando cada vez mais na conjuntura mundial, esse número tende a aumentar. Assim, há uma demanda crescente com a proteção de nossos nacionais (LAGE, 2011), e a utilização de uma projeção anfíbia para esse fim, torna-se de grande importância e responsabilidade para a Marinha do Brasil.

Concluindo esta seção, podemos verificar que as grandes transformações que ocorreram no cenário mundial, no século XXI, trouxeram novas demandas e desafios no contexto militar. As forças armadas atuais precisaram se reinventar e adequar seus meios e sua doutrina para as novas necessidades. Observamos também, como foi a evolução do conceito de operações anfíbias e chegamos a uma nova modalidade, que na doutrina brasileira, foi denominada de projeção anfíbia. Ela, doutrinariamente, capacita a Marinha do Brasil a enfrentar as novas ameaças, possibilitando flexibilizar o conceito da operação anfíbia, deixando o Brasil apto a ser empregado em qualquer situação de crise dentro da atual conjuntura militar no cenário internacional.

Importante abordarmos que no dia 10 de março de 2016, em Toulon, na França, foi incorporado à Marinha do Brasil, o Navio Doca Multipropósito “Bahia”, nosso primeiro navio multipropósito (BRASIL, 2016e), que nos capacita, operativamente, à realização de uma gama maior de operações, coadunando com as características de uma projeção anfíbia.

Dentro do contexto da projeção anfíbia e como forma de delimitar o estudo deste trabalho, no próximo capítulo, abordaremos e ampliaremos as operações de evacuação de não combatentes, para através dela, analisarmos a importância de sua utilização para a Marinha do Brasil, no século XXI.

4 EVACUAÇÃO DE NÃO COMBATENTES E A PROJEÇÃO ANFÍBIA

Atualmente muitas pessoas residem em outros países que não são os de sua origem. Porém, em certas situações, estes indivíduos, estando em determinado país, passam a ter sua própria integridade física ameaçada, e com o agravamento das condições locais, perdem sua condição de locomoção por meios próprios, tendo assim a necessidade de apoio de seu país de origem para realizar sua evacuação, a fim de manter sua integridade física preservada. Este capítulo tem por objetivo esclarecer como ocorre uma evacuação de não combatentes e qual a sua relação com o conceito de projeção anfíbia.

4.1 A Evacuação de não combatentes

O Brasil vem ampliando seus interesses no exterior, e como consequência disto, vem ocorrendo um aumento da presença de empresas, representações e organizações em outros países, provocando assim, um avanço do número de brasileiros em território estrangeiro (BRASIL, 2013). Segundo dados do Ministério das Relações Exteriores (MRE), relativos a 2014, cerca de três milhões de brasileiros residem fora do Brasil. Além desses residentes, há uma estimativa de oito milhões de brasileiros viajando para o exterior anualmente. Dentre as razões podemos destacar turismo, viagem de negócios, seminários e eventos acadêmicos (BRASIL, 2016b).

Instabilidades políticas e sociais que ocorrem em alguns países, provocam uma degradação das condições de segurança local, resultando em uma possível ameaça aos nossos nacionais que residem nesses locais. Essa deterioração poderá chegar a níveis alarmantes que, como consequência, traz um maior risco da permanência de nossos nacionais no estrangeiro.

Assim essa problemática poderá expor a integridade física de nossos cidadãos e, consequentemente, a necessidade de retirada deles do país torna-se inevitável (BRASIL, 2008b).

O chefe da missão diplomática brasileira no país considerado é a autoridade que, normalmente, após uma avaliação da situação corrente do país hospedeiro¹⁴, recomenda a necessidade da evacuação do país. Inicialmente, essa saída pode ser realizada pelos meios tradicionais de transporte, porém poderá ocorrer um quadro degradado local que impossibilite a saída dos cidadãos brasileiros através dos transportes habitualmente utilizados. Nesses casos, haverá necessidade de ser empregada uma força militar para garantir a saída de nossos nacionais do país hospedeiro (BRASIL, 2008b). Essa situação, está prevista na Política Nacional de Defesa¹⁵, que está estruturada para preservar a soberania e os interesses nacionais, como podemos observar nos objetivos nacionais de defesa abaixo relacionados:

- I – garantir a soberania, o patrimônio nacional e a integridade territorial;
- II – defender os interesses nacionais e as pessoas, os bens e os recursos brasileiros no exterior;
- III – contribuir para a preservação da coesão e da unidade nacionais;
- IV – contribuir para a estabilidade regional;
- V – contribuir para a manutenção da paz e da segurança internacionais;
- VI – intensificar a projeção do Brasil no concerto das nações e sua maior inserção em processos decisórios internacionais;
- VII – manter Forças Armadas modernas, integradas, adestradas e balanceadas, e com crescente profissionalização, operando de forma conjunta e adequadamente desdobradas no território nacional;
- VIII – conscientizar a sociedade brasileira da importância dos assuntos de defesa do País;
- IX – desenvolver a indústria nacional de defesa, orientada para a obtenção da autonomia em tecnologias indispensáveis;
- X – estruturar as Forças Armadas em torno de capacidades, dotando-as de pessoal e material compatíveis com os planejamentos estratégicos e operacionais;
- XI – desenvolver o potencial de logística de defesa e de mobilização nacional. (BRASIL, 2016a, p. 07-08).

Nesse contexto, as nossas forças armadas deverão ser empregadas para a realização de uma operação de evacuação de não combatentes, a fim de permitir a segurança neces-

¹⁴ País a partir do qual são evacuados os não-combatentes (BRASIL, 2008b).

¹⁵ 1. Política de Estado, voltada para ameaças externas, que tem por finalidade fixar os objetivos para a defesa da Nação e, também, orientar o preparo e o emprego da capacitação nacional, com o envolvimento dos setores civil e militar, em todos os níveis e esferas de poder. 2. Documento condicionante de mais alto nível do planejamento de defesa, voltado preponderantemente para ameaças externas, que têm por finalidade estabelecer objetivos e diretrizes para o preparo e o emprego da capacitação nacional, com o envolvimento dos setores militar e civil, em todas as esferas do Poder Nacional (BRASIL, 2014).

sária à retirada de nossos nacionais, além de pessoas de outras nacionalidades, de acordo com os interesses do governo brasileiro. A todas as pessoas que serão evacuadas são chamadas de não combatentes¹⁶ (BRASIL, 2008b).

Na conjuntura militar, as três forças singulares podem executar esse tipo de operação, porém a Marinha do Brasil possui uma especial competência para esse tipo de operação, principalmente quando sua realização for em outro continente, pois somente a Marinha possui as características que permitem o deslocamento para uma área marítima, em águas internacionais, por meio de uma força naval. Essas características são intrínsecas ao poder naval¹⁷ (BRASIL, 2008b).

De acordo com o Manual de Operações de Evacuação de Não Combatentes dos Grupamentos Operativos de Fuzileiros Navais (2008b), essa força naval, conta com um Grupamento Operativo de Fuzileiros Navais (GptOpFuzNav) embarcado, que se desloca ao país determinado, para evacuar os não combatentes determinados pelo governo brasileiro, que se encontram em situação de perigo.

Devido à complexidade desse tipo de operação, que engloba um forte contexto político, além do econômico e social, e o cuidado que deverá se ter no planejamento e execução e as repercussões da operação, há uma estreita coordenação entre os Ministérios da Defesa e das Relações Exteriores, requerendo um planejamento detalhado e uma grande interoperabilidade para as ações a serem desencadeadas, a fim de que os reflexos sejam favoráveis aos interesses do governo brasileiro, na região da operação (BRASIL, 2008b).

16 1. Indivíduo não-militar, servidor civil ou contratado, que presta serviço às Forças Armadas. 2. Indivíduo da população em território ocupado ou no teatro de operações, que não se envolve ou pratica atos de hostilidade. 3. Militar que realiza serviços técnicos, administrativos e logísticos, em apoio aos combatentes que participam diretamente do combate. 4. Expressão que abrange os civis e militares que serão evacuados no desenvolvimento de uma evacuação de não-combatentes (BRASIL, 2015).

17 Componente militar do Poder Marítimo, capaz de atuar no mar, nas águas interiores e em certas áreas terrestres limitadas de interesse para as operações navais, incluindo o espaço aéreo sobrejacente, visando a contribuir para a conquista e a manutenção dos objetivos identificados na Política Nacional de Defesa (PND) (BRASIL, 2014).

A operação de evacuação de não combatentes, habitualmente, envolve a ocupação temporária de um objetivo que proporcione segurança para e retirada dos não combatentes, por este fator é que necessita-se de uma força militar para cumprir essa missão. Ela é caracterizada pela contingência e sem notícia prévia. E com relação ao ambiente operacional encontrado, poderá ser um ambiente permissivo, potencialmente hostil ou hostil (BRASIL, 2013). Ela caracteriza-se também, por ser não bélica, em princípio, pois a força executora não está em estado beligerante contra o país hospedeiro (ZUCCARO e SOARES, 2002).

Conforme observamos no capítulo 3, quando estudamos o conceito de projeção anfíbia, o ambiente encontrado não se torna um limitador para sua execução, pois a Marinha do Brasil, ao explorar as características do poder naval: de mobilidade, de permanência, de versatilidade e de flexibilidade (BRASIL, 2014) e ao utilizar o seu conjugado anfíbio, torna-se, dentre as Forças Singulares, a única força em condições de realizar a projeção de poder do mar para terra, a fim de executar uma operação de evacuação de não combatentes em qualquer ambiente.

Na próxima seção abordaremos o conceito de projeção anfíbia, sendo utilizado como um instrumento para uma operação de evacuação de não combatentes.

4.2 Projeção Anfíbia e sua aplicação em uma operação de evacuação de não combatentes

As operações de evacuação de não combatentes utilizadas com o emprego de tropas militares para sua realização tiveram suas origens há muitos anos, na Grécia antiga. Na guerra do Peloponeso, demonstrou-se a preocupação de proteção dos não combatentes além de

suas fronteiras. Já nesse acontecimento verificou-se uma projeção de força através do mar para realizar atividades de proteção de pessoas em um contexto militar (SANTOS, 2014).

Entre 1899 e 1900, a China defrontou-se com uma grande presença de estrangeiros em seu território. Este aumento de pessoas no país provocou falta de alimentos e de emprego, que os locais responsabilizavam os visitantes por esta situação. Como consequência, os estrangeiros passaram a ser perseguidos e mortos, embaixadas foram atacadas e alguns diplomatas foram mortos. Com o ocorrido, alguns países da Europa além dos Estados Unidos da América, ex-União das Repúblicas Socialistas Soviética e Japão, estabeleceram uma expedição para proteger os imigrantes que se encontravam na China. Através da utilização do mar, a expedição chegou a Pequim e enfrentou os agressores, porém não foi capaz de proteger a todos os diplomatas, pois não chegou a tempo nas regiões de maior concentração dos mesmos (SANTOS, 2014).

Em um passado mais recente, pós Segunda Guerra Mundial, com a formação de novos países, foram surgindo extensas disputas étnicas e ideológicas, principalmente no continente africano e asiático. Nestes países, vários golpes de estado e genocídios ocorreram, promovendo o uso de força militar (SANTOS, 2014) e com isso, naturalmente, cresce a probabilidade de seu emprego no exterior em operações de evacuação de não combatentes (ZUCCARO e SOARES, 2002).

Verificando como exemplo os Estados Unidos da América, somente no último século, realizaram dezessete operações de evacuação, dentre as quais destacamos as de Saigon, em 1975, Libéria, em 1990, e Somália, em 1991, operações em que foram utilizadas o conjunto anfíbio (SANTOS, 2014).

Ao analisar o contexto brasileiro, segundo o Ministério de Relações Exteriores, o Brasil possui 139 Embaixadas, 52 Consulados-Gerais, 11 Consulados, 8 Vice-Consulados, 13

Missões ou Delegações e 3 Escritórios (BRASIL, 2016c), e aproximadamente três milhões de brasileiros residindo no exterior, além dos oito milhões de brasileiros que transitam temporariamente pelo mundo anualmente, verificamos a necessidade do preparo da Marinha do Brasil para o emprego de uma projeção anfíbia e particularmente, sua utilização em uma operação de evacuação de não combatentes. Como exemplo da grande necessidade e importância desta capacitação, abordaremos agora dois casos recentes de evacuação de brasileiros no exterior.

Por ocasião da crise da Líbia em 2011, em 24 de fevereiro, iniciou-se uma grande evacuação de nacionais brasileiros desse país. De Trípoli, sua capital, aviões decolaram transportando funcionários brasileiros das empresas Odebrecht, Andrade Gutierrez e Petrobrás. Nesta ocasião, também foram evacuados funcionários da Odebrecht de outras nacionalidades, e também outros brasileiros que se encontravam em Trípoli. A operação de evacuação dessas pessoas, foi coordenada pelas embaixadas brasileiras de Trípoli, Atenas e Roma, sendo desencadeada por vias aéreas e marítimas por meios de aviões e navios fretados. Já em Bengazi, em 25 de fevereiro, um grupo de 148 brasileiros funcionários da empresa Queiroz Galvão, além de outros 62 funcionários de outras nacionalidades (portugueses, espanhóis e tunisianos) foram evacuados por navio. Cabe ressaltar que neste caso de Bengazi, a opção por via aérea tornou-se inviável, pois o aeroporto local estava inoperante, ressaltando a importância da via marítima para a evacuação (BRASIL, 2016d).

Ainda mais recente, em julho de 2014, uma outra evacuação brasileira foi necessária na Líbia. Após o agravamento das condições de segurança em Trípoli, com ataques entre milícias locais, o aeroporto local foi destruído. A partir desse episódio, várias representações diplomáticas evacuaram seus nacionais, incluindo as da embaixada Brasileira. Com o aeroporto inoperante, a evacuação brasileira se deu por via terrestre. O Embaixador do Brasil, um funcionário da embaixada e mais o destacamento de segurança do Corpo de Fuzileiros Na-

vais, evacuaram, por meio das viaturas da Embaixada, por via terrestre para Túnis, capital da Tunísia. A segurança de toda a evacuação foi realizada pelo destacamento de segurança da Marinha do Brasil (MUNIZ, 2014).

Conforme observamos acima, estas duas séries de evacuações ocorridas na Líbia, em 2011 e 2014, foram realizadas por via aérea, marítima e terrestre, sem haver o emprego do poder naval com seu conjugado anfíbio para sua execução, não se aplicando assim, o conceito de projeção anfíbia. Verificamos que as condições de realização das evacuações são as mais variadas possíveis, como por exemplo a realizada na Líbia em 2014, por via terrestre, com a proteção do destacamento de segurança da Embaixada do Corpo de Fuzileiros Navais. Nestes exemplos, houve condições de realização das evacuações sem a utilização de uma projeção anfíbia, porém, em outros cenários em que a situação se agravasse mais, a utilização das características do conjugado anfíbio se tornaria preponderante para a execução de uma operação de evacuação de não combatentes.

Concluindo esse capítulo, verificamos que o Brasil vem crescendo dentro do cenário mundial e cada vez mais brasileiros residem no exterior. Esse fato faz comprovarmos a disseminação de nossos nacionais ao redor do mundo. No entanto, alguns países possuem suas estruturas muito deficitárias e outros vivem frequentes problemas políticos, sociais e econômicos gravíssimos, causando assim uma grande instabilidade e possíveis ameaças aos nossos cidadãos. Sendo assim, a Marinha do Brasil com sua capacidade expedicionária poderá ser empregada em qualquer tipo de ambiente, utilizando seu conjugado anfíbio como instrumento de pronto emprego para realizar uma evacuação de não combatentes.

No próximo capítulo, analisaremos a operação de evacuação realizada no Líbano, em 2006, pelos Estados Unidos da América, a fim de ampliarmos, dentro de um contexto real,

o conceito da projeção anfíbia sendo empregada para realização de uma operação de evacuação de não combatentes.

5 A EVACUAÇÃO DE NÃO COMBATENTES REALIZADA NO LÍBANO EM 2006

Após estudarmos o conceito de uma operação de evacuação de não combatentes e verificarmos as circunstâncias em que elas geralmente ocorrem, neste capítulo abordaremos um caso real de evacuação realizada pelos Estados Unidos da América, a fim de ampliarmos nosso estudo sobre este tipo de operação, e verificarmos como foi seu desenvolvimento no transcorrer do conflito e analisarmos sua importância no atual cenário mundial do século XXI.

5.1 História do Líbano

O Líbano é um país situado no Oeste da Ásia que possui uma composição étnica e religiosa muito complexa (GONÇALVES, 2013). Seus primeiros habitantes foram os fenícios, que eram comerciantes semitas da qual a cultura marítima se desenvolveu entre os anos (2700-450 a.C) (SANTIAGO, 2016). Neste período, já existiam algumas cidades que eram separadas por grandes muralhas e independentes, que tinham o comércio, principalmente o marítimo, como único tipo de relacionamento entre as cidades. Assim, existia uma grande falta de união na região, fato este que pode ter sido um dinamizador para os variados períodos de dominação e variedade cultural. Após o ano de 1200 a.C, sobrevieram na região os assírios, babilônicos, romanos, bizantinos, otomanos e franceses (GONÇALVES, 2013). Após a ruína do Império Otomano, ao final da Primeira Guerra Mundial, a Liga das Nações passou a administração das cinco regiões do atual Líbano à França. Em 1926, foi estabelecida a constituição do Líbano, descrevendo que o poder político fosse equilibrado entre os variados grupos religiosos. Em 1943, o Líbano tornou-se independente da França, com suas tropas sendo retiradas em 1946 (SANTIAGO, 2016).

Desde sua Independência, o Líbano traz, em sua história, momentos de agitação política intervaladas com uma evolução de Beirute como um centro comercial e financeiro. Nos anos 1960, o Líbano usufruiu de um período de relativa calma e prosperidade, tendo um grande foco no setor de turismo, porém outras regiões do país, como o sul, norte e vale do Bekaa, permaneceram sem recursos em relação as demais (SANTIAGO, 2016).

No começo de 1970, refugiados palestinos, muitos provenientes do pós-guerra árabe-israelense de 1967, se estabeleceram nos campos palestinos no Líbano. Nessa década de 1970, foi estabelecida no território libanês a Organização para a Libertação da Palestina (OLP), iniciando-se assim, os tumultos que ainda perduram na região, com a problemática palestina e as diferenças entre os muçulmanos e cristãos tornando-se mais intensa (ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA, 2016).

Em 1975, uma guerra civil, entre cristãos e muçulmanos, se instaurou no país causando grande destruição. Esse conflito durou até a década de 1990. Concomitante com o auge da guerra civil, as questões dos refugiados palestinos, o aumento do fundamentalismo islâmico, a interferência estadunidense e síria, e somadas com a ocupação de Israel de uma região ao sul do Líbano, contribuía para a grande instabilidade do Estado (SANTIAGO, 2016).

Segundo Santiago (2013), esta invasão israelense no sul do Líbano ocorreu em retaliação aos ataques dos integrantes da Organização para a Libertação da Palestina contra o território israelense. Com isso, o Conselho de Segurança das Nações Unidas, após solicitação do governo libanês, estabeleceu as resoluções 425 e 426 em março de 1978, que estipulavam um cessar fogo e a saída das tropas de Israel do Líbano. Como ato contínuo, criou-se a *United Nations Interim Force in Libanon*¹⁸ (UNIFIL) com as tarefas de “confirmar a retirada das forças israelenses; restabelecer a paz e a segurança internacionais; e auxiliar o governo do Líbano em garantir o retorno da sua efetiva autoridade na área” (GONÇALVES, 2013, p. 27.).

18 Força Interina das Nações Unidas no Líbano (GONÇALVES, 2013).

Durante os anos de 1995 à 2002, há uma fase de reconstrução do país. Israel e os Estados Unidos da América deixam o país e a Organização para a Libertação da Palestina translada sua sede para o norte da África. Porém, permaneciam os problemas com a interferência síria nos assuntos internos, refugiados palestinos na região e o fundamentalismo islâmico, que possui como seu maior representante a organização Hezbollah (SANTIAGO, 2016).

O Hezbollah é uma organização de origem religiosa da denominação xiita que eram marginalizadas no país, apesar de ser maioria entre as dezessete grupos religiosos existentes. Sua gênese foi a dissidência de um primeiro grupo formado, chamado Amal, que após o assassinato de seu líder, foi colocado um substituto com uma visão política mais pró-ocidental, causando uma reação dos fundamentalistas¹⁹, que criaram então o Hezbollah, formado por islamistas radicais, que em sua essência pregava a ideia do Estado islâmico²⁰. Desta forma, o Hezbollah foi um dos primeiros movimentos do islã que buscou a luta por meio de armas contra uma civilização invasora e fora dos padrões islâmicos (DEMANT, 2013).

Atualmente, o Líbano possui uma população com 3.8 milhões de pessoas, com uma divisão religiosa predominante entre cristianismo (36,6%) e islamismo (56,5%). O poder é dividido entre as representações religiosas, de forma que os cargos são distribuídos de acordo com o seu credo. Assim, a instabilidade regional, além da contribuição religiosa, é influenciada por outros aspectos como os problemas na fronteira com Israel, com os campos de refugiados palestinos, as intromissões do Irã e Síria e a presença de organizações armadas como o Hamas, Fatah e o já estudado Hezbollah, que atualmente tem sua representatividade política oficializada no país, contando com o apoio de parcela significativa da população (GONÇALVES, 2013).

19 Muçulmanos que utilizam a política como fator preponderante nas suas ideias. Transforma o islã de religião em ideologia (DEMANT, 2013).

20 Sociedade política internamente transformada e islamizada. Seu objetivo é estimular e facilitar uma vida religiosa para todos os muçulmanos. Seu governo será estabelecido por uma instância islâmica que visa a supremacia dos ideais e imposição das regras do islã (DEMANT, 2013).

5.2 O conflito em 2006

A origem do mais recente conflito entre o Líbano e Israel iniciou quando, em 12 de julho de 2006, seguidores do Hezbollah cruzaram a fronteira para Israel, assassinaram três soldados israelenses e sequestraram mais dois. Esse fato foi o estopim para o início da contenda. Em contrapartida, Israel realizou ataques aéreos em posições do Hezbollah ao sul e em pontos estratégicos de todo o Líbano. Também houve ataque terrestres israelenses ao sul do país. O Hezbollah resistiu aos ataques em terra e lançou vários foguetes contra alvos civis de Israel (ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA, 2016).

Com o conflito instaurado, o Conselho de Segurança da Organização das Nações Unidas, estabeleceu a resolução 1701, que promoveu um cessar fogo, a realização de bloqueios e saída das tropas de Israel do Líbano. Determinou também, o desarmamento dos grupos armados, incluindo o Hezbollah, e proibiu a entrada de armas não autorizadas no Líbano, estabelecendo assim, o fim do conflito (ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA, 2016).

Como importantes desdobramentos, houve o reforço do mandato da UNIFIL, incluindo um considerável aumento do seu contingente que passou de 2.000 para 13.000 militares, e de forma inédita, a inclusão de uma Força-Tarefa Marítima em uma Missão de Paz organizada pela ONU (GONÇALVES, 2013).

Como consequência dos combates, que se encerraram em 14 de agosto de 2006, houve 43 civis e 119 militares mortos do lado de Israel. No Líbano, foram ao óbito 1200 civis e centenas de componentes do Hezbollah (ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA, 2016).

5.3 A evacuação de não combatentes estadunidenses do Líbano em 2006

Depois de um longo período da guerra civil e instabilidade, no início do verão de 2006, o Líbano recebia muitos turistas e cidadãos libaneses/americanos que voltavam para visita ou fixar residência. Acreditava-se que apesar de registros de assassinatos, atentados e manifestações, não haveria uma guerra de grande escala. Na época, a estimativa do governo estadunidense era de 50.000 nacionais no território libanês (ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA, 2016b).

Porém, logo depois do início do conflito que se deflagrou em 12 de julho, um grande número de cidadãos estadunidenses já expressavam a vontade de sair do Líbano. Houve, assim, uma grande procura de contato com a embaixada dos Estados Unidos da América em Beirute. Devido a imensa quantidade de nacionais querendo sair do país, o Embaixador norte-americano avaliou que não conseguiria realizar a evacuação, sem um apoio militar, pois não teria condições de promover esta evacuação com a devida proteção necessária dos seus nacionais, de acordo com o ambiente de guerra instaurado. Sendo assim, em 14 de julho de 2006, foi solicitado pelo Departamento de Estado norte-americano, o apoio do Departamento de Defesa estadunidense, para evacuar seus cidadãos (ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA, 2016b).

Dentro da doutrina norte-americana, o Departamento de Estado tem a responsabilidade de evacuar seus cidadãos de locais no estrangeiro que enfrentam crises, porém, devido as especificidades da evacuação do Líbano, tornou-se necessário o auxílio do Departamento de Defesa. Os Departamentos de Estado e Defesa possuem instruções preparadas para a realização de evacuação de seus nacionais, incluindo um memorando de acordo que define o papel de cada órgão, atribuindo as respectivas responsabilidades, no caso da necessidade de assis-

tência do Departamento de Defesa na realização de uma evacuação (ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA, 2016b).

A operação de evacuação dos cidadãos estadunidenses foi muito complexa e surgiu em uma crise internacional imprevista. Logo após as ações do Hezbollah em 12 de julho, Israel respondeu com ataque militar bombardeando o aeroporto de Beirute, deixando-o fora de operação, realizou bloqueios de estradas e pontes (ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA, 2016b), e a Marinha israelense instituiu um bloqueio dos portos libaneses, dificultando assim, o planejamento da evacuação de não combatentes (BURNS, 2006).

A operação de evacuação estadunidense no Líbano foi realizada durante os meses de julho e agosto de 2006. Nessa ocasião, foram evacuados aproximadamente 15.000 cidadãos norte-americanos, transformando-se em uma das maiores evacuações de cidadãos estadunidenses na história. Essa operação dividiu-se em duas fases: primeiramente, os cerca de 15.000 cidadãos seriam removidos da zona do conflito para locais seguros temporários, que foram o Chipre, que recebeu noventa por cento das pessoas, e o restante foram para a Turquia. Em um segundo momento, seriam transportados para os Estados Unidos da América (ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA, 2016b).

Sob o comando do general Carl Jensen, a Força Tarefa 59 utilizou os meios navais para transportar os nacionais norte-americanos para o Chipre. As primeiras evacuações foram realizadas em 16 e 17 de julho, em helicópteros do Corpo de Fuzileiros Navais dos Estados Unidos da América. Em 17 de julho, um navio de cruzeiro, o Orient Queen, com capacidade para 800 pessoas, foi fretado pelo Departamento de Estado, sendo escoltado pelo USS Gonzalez. Neste mesmo dia, a 24ª Unidade Expedicionária do Corpo de Fuzileiros Navais e a Unidade Expedicionária Iwo Jima foram acionadas para participarem da operação. No dia 20 de julho, uma Força de Segurança do Corpo de Fuzileiros Navais chegou em Beirute a fim de estabelecer a segurança para o navio fretado Orient Quenn. Essa força coordenou a segurança a

bordo dos passageiros embarcados no navio. Além dos navios da Unidade Expedicionária Iwo Jima, que incluiu navios anfíbios, juntaram-se a ela outros navios e embarcações de alta velocidade (GLOBAL SECURITY, 2016b), perfazendo um total de nove navios da Marinha norte americana, além dos fretados (GLOBAL SECURITY, 2016c). Dentre os navios utilizados, alguns possuíam a capacidade de receber até 1.000 pessoas, como era o caso do USS Nashville, que chegou na área de operações em 20 de julho (GLOBAL SECURITY, 2016b). Uma grande capacidade dos navios anfíbios, salientada pelo Almirante Patrick M. Walsh, comandante da Força Naval do Comando Central dos Estados Unidos da América, estava na possibilidade dos meios anfíbios abicarem em praias, permitindo uma flexibilidade e promovendo, assim, mais opções de evacuação dos seus nacionais, principalmente, se a situação no porto se deteriorasse (GLOBAL SECURITY, 2016c).

Apesar da grande quantidade de nacionais no Líbano, as autoridades afirmaram que evacuariam quem quisesse ser evacuado (GLOBAL SECURITY, 2016b).

Em 21 de julho, com dois navios da Marinha e o Rahmah, um navio contratado, foram retirados 4.200 cidadãos. Os navios da Marinha foram para o Chipre e o Rahmah levou 1400 nacionais para a Turquia. Dois dias após, já eram cerca de 10.000 o número de evacuados que deixaram o Líbano (GLOBAL SECURITY, 2016b).

As últimas evacuações foram realizadas em 02 de agosto, três semanas após a deflagração da crise, totalizando cerca de 15.000 não combatentes retirados da zona de conflito (ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA, 2016b).

Para a realização desta grande evacuação, os Departamentos de Estado e Defesa tiveram que superar vários desafios, dentre os principais podemos destacar: Os bloqueios das rotas aéreas e terrestres; Nas rotas marítimas, a necessidade de negociação com Israel para permitir uma navegação segura de seus meios; Dificuldade inicial de meios para a operação, devido à imprevisibilidade da crise, fazendo com que o Departamento de Defesa não dispu-

sesse de todos os meios navais prontamente em condições para a evacuação por via marítima para atender a grande quantidade de cidadãos estadunidenses que desejavam sair do Líbano (ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA, 2016b).

Ao concluirmos este capítulo, observamos a origem do estado do Líbano e como sua formação tornou seu país extremamente complexo. A política está intrinsecamente ligada a religião e são indissociáveis. As ingerências de atores externos e sua relação com certas organizações armadas externas e internas também contribuíram para a instabilidade na região, fato este comprovado com a necessidade da instalação da UNIFIL, que desde 1978 se encontra em operação.

Após verificarmos como aconteceu toda a evolução histórica do Líbano e entendermos a origem do conflito de 2006, chegamos a uma operação de evacuação de não combatentes realizada pelos Estados Unidos da América, em território libanês, para salvaguardar a integridade física dos cidadãos estadunidenses que queriam se retirar do país.

Essa operação de evacuação de não combatentes foi um marco dentro do contexto das evacuações já realizadas até então. Diversos desafios foram superados, dentre os principais podemos destacar: a surpresa dos fatos geradores do conflito, a capacidade de mobilização dos meios empregados e a quantidade de pessoas a serem evacuadas. Ao final da evacuação norte-americana de 15.000 de seus nacionais, os Estados Unidos da América cumpriram com total sucesso, esta grande e complexa operação. A utilização do conjugado anfíbio pela força tarefa 59, conforme verificamos neste capítulo, se tornou preponderante e fundamental, permitindo a evacuação em segurança dos nacionais estadunidenses, demonstrando assim a utilização da ferramenta de projeção anfíbia para a realização de uma operação de evacuação de não combatentes.

Neste contexto, podemos verificar a importância deste tipo de operação e a necessidade de um país ter, em sua Marinha, um poder naval em condições para realização de uma projeção anfíbia.

6 CONCLUSÃO

As operações Anfíbias, ao logo dos tempos, tornou-se uma ferramenta para os estados projetarem poder além território. Neste trabalho, podemos observar que, durante os anos, ela foi evoluindo e se aperfeiçoando. Para seu emprego, inicialmente, foram utilizadas técnicas e meios muito precários e improvisados, porém, por meio de constantes operações realizadas, houve um aperfeiçoamento e adequação as novas realidades encontradas.

Sua implementação e execução, com vários tipos e meios, e pessoal altamente adestrado, aliados a um grande detalhamento em seu planejamento, comprovaram sua complexidade e importância dentro de um contexto internacional.

Observamos, também, que as demandas foram se diferenciando ao longo dos tempos, e atualmente, novos desafios provocaram uma nova forma de conflito, gerando assim, uma necessidade de aprimoramento e evolução tecnológica para se contrapor às chamadas novas ameaças.

Sendo assim, as Operações Anfíbias evoluíram em seu conceito e flexibilizaram o seu emprego, pois antes tínhamos uma definição clara de cada lado dos contendores, e hoje, os conflitos tornaram-se, muitas vezes, sem uma definição de contra quem estamos combatendo. Dessa forma, atualmente, as Operações Anfíbias podem ser empregadas em qualquer ambiente operacional e em cinco tipos de modalidades diferentes, que são: assalto anfíbio, incursão anfíbia, demonstração anfíbia, retirada anfíbia e projeção anfíbia, sendo esta última inserida recentemente dentro das novas necessidades, no contexto mundial.

Assim, dentro do Ministério da Defesa, houve uma flexibilização do conceito das operações anfíbias, incluindo o ambiente permissivo para o seu emprego, de acordo com o glossário das Forças Armadas de 2015, porém, na Doutrina Básica da Marinha de 2014, a de-

finição de operação anfíbia consta, somente, os ambientes hostil e potencialmente hostil, necessitando de revisão e atualização. Cabe também ressaltar que o documento, aborda que a projeção de tropa anfíbia, em terra, é o que caracteriza a operação anfíbia, independente do tipo de ambiente considerado, permitindo assim a sua utilização pela Marinha do Brasil.

Observamos, no desenvolvimento desta pesquisa, que a Projeção Anfíbia foi inserida na doutrina da Marinha do Brasil, seguindo uma tendência mundial, principalmente, a doutrina estadunidense, conforme verificamos no capítulo 3, possibilitando, então, o seu emprego em uma gama de atividades, dentre as quais, destacamos: as operações de Ajuda Humanitárias, de Paz e de Evacuação de Não Combatentes.

Um importante conceito que a projeção anfíbia aborda é a utilização das características do conjugado anfíbio para seu emprego, pois ele possibilita, com os meios navais, aeronavais e de fuzileiros navais, o provimento das capacidades necessárias para sua implementação e sua execução. Assim, podemos empregá-la em operações de guerra naval ou na condução das atividades de emprego limitado da força e benignas.

Sendo assim, com as transformações ocorridas no atual cenário mundial do século XXI, essas novas demandas no contexto militar são complementadas com a utilização da projeção anfíbia, que capacita a Marinha do Brasil a estar em condições de empregar esta nova modalidade de operações anfíbias, de forma a contribuir com os interesses nacionais, conforme relacionados na nossa Política Nacional de Defesa.

Dentro do contexto da Projeção Anfíbia, este trabalho se limitou a abordar as operações de evacuação de não combatentes, para, assim, verificar sua importância e contribuir de uma maneira mais ampla, a fim de comprovar a importância deste tipo de operação anfíbia para a Marinha do Brasil, nos dias atuais.

A Projeção Anfíbia pode ser utilizada como ferramenta para as operações de evacuação de não combatentes, desde que seja utilizado o conjugado anfíbio para o seu emprego.

Pois, assim, caracteriza a utilização do Poder Naval neste tipo de operação. Observamos no decorrer da história, por diversas vezes, que houve evacuações de estrangeiros dos países hospedeiros, devido a deterioração da segurança local e a ameaça da integridade física destes. E algumas destas vezes, somente uma força militar, com as capacidades de projetar poder a partir do mar, teve condições de realizar essa evacuação.

Neste trabalho, foram abordadas duas evacuações recentes de brasileiros, ocorridas, na Líbia em 2011 e 2014, quando, então, não houve a utilização do conjugado anfíbio para sua execução. Porém, se a situação se agravasse, tornar-se-ia necessário o emprego do Poder Naval, o que quase se concretizou, em 2014, com a evacuação por via terrestre dos nossos nacionais, devido à impossibilidade de utilização do aeroporto de Trípoli, que acabara de ser destruído.

O estudo de caso, abordado no capítulo 5, da evacuação dos não combatentes estadunidenses, no Líbano, em 2006, é um excelente exemplo da importância da utilização da projeção anfíbia, utilizada como ferramenta para a realização de uma operação de evacuação de não combatentes. Ao se estudar a história do Líbano e o conflito de 2006, podemos verificar como o país foi formado e como se desenvolveram as contendas em seu interior. Mesmo com todo o cenário histórico estabelecido, o conflito em 2006, no Líbano, ocorreu rapidamente, provocando uma enorme necessidade de evacuação de milhares de estrangeiros, que neste estudo, limitou-se aos norte-americanos. Houve uma grande mobilização por parte do governo estadunidense, que mesmo sem todos os meios militares para cumprir a missão, fretou dois navios civis, com grande capacidade de transporte de pessoal, para ajudar na operação. Foram utilizados também, vários navios e meios de sua Marinha e de seu Corpo de Fuzileiros Navais, retirando, da área de conflito, cerca de 15.000 cidadãos, podendo, assim, comprovarmos o enquadramento desta operação em uma projeção anfíbia e sua importância.

O Brasil vem crescendo dentro do cenário mundial e possui cada vez mais brasileiros residindo no exterior ou viajando como turista ou a negócio. Assim, torna-se de extrema importância a Marinha do Brasil está apta para, a qualquer momento, quando acionada, realizar uma operação de evacuação de não combatentes, pois, muitas vezes, ao se esgotarem todas as possibilidades de retirada de nossos nacionais de um país em conflito, a única opção será a utilização da Marinha do Brasil, por ser a única força singular que, com as características do poder naval de: mobilidade, flexibilidade, permanência e versatilidade, somada com a tarefa básica de projetar poder sobre terra, realizar uma operação de evacuação de não combatentes em qualquer situação, cumprindo assim, com a nossa Política Nacional de Defesa.

Na opinião deste autor, a Marinha do Brasil já demonstra uma nova visão neste cenário, como o exemplo da incorporação do Navio Multipropósito Bahia, que com as suas capacidades e características operativas, permitirá à Marinha do Brasil atuar em melhores condições dentro atual cenário mundial. Porém, dentro da temática de operações de evacuação de não combatentes, visualizo uma necessidade de maior incremento de meios e de adestramento, a fim de consolidar nossa doutrina, e uma maior sinergia junto ao Ministério da Defesa e ao Ministério das Relações Exteriores, com o propósito de nos prepararmos melhor para eventuais situações de emprego. Conforme visto neste trabalho, já houve várias evacuações de brasileiros ao redor do mundo, e em algumas delas, a Marinha do Brasil poderia ter sido empregada. Dessa forma, torna-se preponderante a plena capacitação para um possível emprego desse tipo de operação, tendo em vista que, na maioria das vezes, sua execução é emergencial.

Portanto, ao analisarmos no contexto das operações anfíbias e por meio do estudo de caso da evacuação de não combatentes realizada pelos Estados Unidos da América, no Líbano, em 2006, observamos a importância da projeção anfíbia como nova modalidade de Operação Anfíbia para a Marinha do Brasil, no século XXI.

REFERÊNCIAS

- AMBROSE, Stephen E. *6 de junho de 1944: a batalha culminante da Segunda Grande Guerra*. 4. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003. 756p
- BRAGA, Carlos C. V. O papel das forças de fuzileiros navais na Guerra do Iraque. *O Anfíbio*. Rio de Janeiro, a. 23, n. 22, p. 48-49, 2003.
- BRASIL. Comando-Geral do Corpo e Fuzileiros Navais. *Manual de Operações Anfíbias dos Grupamentos Operativos de Fuzileiros Navais*. CGCFN-1-1. Rio de Janeiro, 2008.
- _____. Comando-Geral do Corpo de Fuzileiros Navais. *Manual de Operações de Evacuação de Não Combatentes dos Grupamentos Operativos de Fuzileiros Navais*. CGCFN 1-11. Rio de Janeiro, 2008b.
- _____. Estado Maior da Armada. EMA 305: *Doutrina Básica da Marinha*. Brasília, DF, 2014.
- _____. Ministério da Defesa. *Manual de Operações de Evacuação de Não Combatentes*. MD33-M-08. Brasília, DF, 2013.
- _____. Ministério da Defesa. *Glossário das Forças Armadas*. MD35-G-01. Brasília, DF, 2015.
- _____. Ministério da Defesa. Política Nacional de Defesa. Disponível em: <<http://www.defesa.gov.br/arquivos/2012/mes07/end.pdf>>. Acesso em 02 jul. 2016a.
- _____. Ministério das Relações Exteriores. Disponível em: <<http://www.itamaraty.gov.br/pt-BR/perguntas-frequentes#II.1>>. Acesso em 01 de jul. 2016b.
- _____. Ministério das Relações Exteriores. Disponível em: <<http://www.itamaraty.gov.br/pt-BR/perguntas-frequentes#I.6>>. Acesso em 03 de jul. 2016c.
- _____. Ministério das Relações Exteriores. Disponível em: <<http://www.itamaraty.gov.br/pt-BR/notas-a-imprensa/2489-operacao-de-evacuacao-de-cidadao-brasileiros-da-libia>>. Acesso em 01 de jul. 2016d.
- _____. NOMAR. Incorporação do NDM “BAHIA”. Brasília, a.52, n. 888, p. 6-7. 2016e.
- BURNS, Chris, LABOTT, Elise and STARR, Bárbara. *U. S. sending help to evacuate Americans from Lebanon*. WORLD. CNN.COM. 2006. Disponível em: <<http://www.cnn.com/2006/WORLD/meast/07/17/lebanon/evacuation/index.html>> . Acesso em 14 jul. 2016.
- DEMANT, P. *O mundo muçulmano*. 3.ed. São Paulo: Editora Contexto, 2013.
- ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA. United States Department of State. *Diplomacy in action*. Disponível em: <<http://www.state.gov/outofdate/bgn/lebanon/191951.htm>>. Acesso em 05 de jul. 2016.

_____. United States Government Accountability Office (GAO). Relatório apresentado ao Congresso americano sobre a evacuação de cidadãos americanos do Líbano. Disponível em: <<http://www.gao.gov/new.items/d07893r.pdf>> acesso em 14 abr. 2016b.

FERREIRA, Renato R. Projeção Anfíbia: reforçando a presença do Poder Naval no Atlântico Sul. *Âncoras e Fuzis*. Rio de Janeiro, a. 13 n. 45, p. 09, 2014.

FRANÇA, Júnia Lessa; VASCONCELLOS, Ana Cristina de. *Manual para Normalização de Publicações Técnico-Científicas*. 8. ed. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2007. 255 p.

GAVIÃO, Luiz O. As Operações Anfíbias no século XXI. *Revista Marítima Brasileira*. Rio de Janeiro, v. 130, n. 01/03, p.157-158, 2010.

GIOSEFFI, José C. S.. Navios de Propósitos Múltiplos: vetor anfíbio do futuro. *Âncoras e Fuzis*. Rio de Janeiro, a. 13, n. 45, p. 33, 2014.

GONÇALVES, Rodrigo M. da S. Fuzileiros Navais nas missões de paz de caráter naval: o caso UNIFIL. *Âncoras e Fuzis*. Rio de Janeiro, a. 12, n. 44, p. 25-26, 2013.

GLOBAL SECURITY. *Amphibious Operations History*. Disponível em: <<http://www.globalsecurity.org/military/systems/ship/amphib-hist.htm>>. Acesso em 03 de mai. 2016a.

_____. *Lebanon Non-combatant Evacuation Operation (NEO) 2006*. Disponível em: <<http://www.globalsecurity.org/military/ops/neo-lebanon-06.htm>>. Acesso em 14 de abr. 2016b.

_____. *Navy Task Force Ready for Any Contingency in Lebanon, Admiral Says 2006*. Disponível em: <<http://www.globalsecurity.org/military/library/news/2006/07/mil-060718-afps04.htm>> Acesso em 14 de abr. 2016c.

GRÃ-BETANHA. *Across the beach: A History of Amphibious Operations*. Newgate Press Ltd, 1995. Ministry of Defense in Association with Mike Wells and David Reynolds.

LAGE, Rogério R. Projeção Anfíbia. *Âncoras e Fuzis*. Rio de Janeiro, a. 10, n. 42, p. 13-16, 2011.

MAGNOLI, D. (org.). *História das guerras*. 3. ed. São Paulo: Contexto, 2006.

MONTEIRO, Álvaro Augusto Dias. A próxima singradura. *O Anfíbio*, Rio de Janeiro, v. 29, n. 28 - Ed. Extra, 2010.

MUNIZ, Alessandro D. dos S. A Evacuação da Embaixada Brasileira na Líbia. *Âncoras e Fuzis*. Rio de Janeiro, a. 13 n. 45, p. 50-52, 2014.

RODRIGUES, José E. de O. O Legado das Operações Anfíbias. *Âncoras e Fuzis*. Rio de Janeiro, a. 10, n. 42, p. 07-08, 2011.

SANTIAGO. Emerson. *Líbano*. Disponível em: <<http://www.infoescola.com/asia/libano/>>. Acesso em 09 de jul. 2016.

SANTOS, Leandro C. V. Operação de Evacuação de Não Combatentes: uma possibilidade de Projeção Anfíbia. *Âncoras e Fuzis*. Rio de Janeiro, a. 13 n. 45, p. 36-38, 2014.

ZUCCARO, Paulo M. e SOARES, Jorge A. N. Evacuação de não-combatentes, tarefa do conjugado anfíbio. *O Anfíbio*. Rio de Janeiro, a. 22, n. 21, p. 6-13, 2002.